



+
ENTENDA A SÉRIE
Planeta em Transe é uma série de reportagens e entrevistas com novos atores e especialistas sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo. Essa cobertura especial acompanhou também as respostas à crise do clima nas eleições de 2022 no Brasil e na COP27 (27ª conferência das Nações Unidas sobre clima, que ocorreu em novembro do ano passado no Egito). O projeto tem o apoio da Open Society Foundations.

Incentivos de Bolsonaro à exploração da Amazônia desafiam governo Lula

Com garimpo e grilagem, Baixo Tapajós, no Pará, concentra marcas antiambientais da gestão passada

Ana Carolina Amaral e Pedro Ladeira

SANTARÉM E ITAITUBA (PA) “Inferivelmente, a primeira notícia é a mais forte.” É assim que Marcelo Gwerner, um dos quatro brigadistas voluntários de Alter do Chão (PA) presos pela Polícia Civil do Pará no final de 2019, sob a acusação de incendiar uma APA (Área de Proteção Ambiental), percebe ainda hoje o estrago em sua reputação causado pelo episódio. Já no dia seguinte ao anúncio da prisão, a Folha revelou que o inquérito policial não trazia evidências para a acusação. Dois dias depois, o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), trocou o delegado do caso e os brigadistas foram soltos. O caso subiu para a Polícia Federal com outra linha de investigação e, em pouco mais de um ano, foi arquivado pela Justiça Federal.

Ainda assim, quatro anos depois, os brigadistas continuam a lidar com boatos que se multiplicam nas ruas de Alter do Chão — onde moram três dos quatro acusados — e voltam a repercutir até mesmo em suas casas, quando recebem um prestador de serviço, ou no trabalho.

“Há alguns meses fui fazer um curso da Marinha e o professor citou os ‘brigadistas que tocaram fogo em Alter’, sem saber que eu era um deles”, conta João Romano, brigadista que também foi preso. Na Capadócia, parte da APA Alter do Chão atingida pelos incêndios, é fácil chegar até os locais que queimaram: placas de venda de terrenos orientam o caminho. Próxima a uma praia, a área está “limpa”, desprovida de vegetação, e loteada. A ação de grileiros já era a principal suspeita do Ministério Público Federal na época dos incêndios, embora a investigação não tenha chegado a acusações.

Escardeada pela imprensa, a desinformação sobre o caso começou com costas quentes. O então presidente Jair Bolsonaro (PL) já havia culpado ONGs ambientalistas por incêndios na Amazônia em setembro de 2019 — quando a crise das queimadas ganhou proporções internacionais e a Polícia Civil do Pará deu início à investigação do incêndio na

Região do Baixo Tapajós, no Pará, concentra marcas antiambientais do governo Bolsonaro

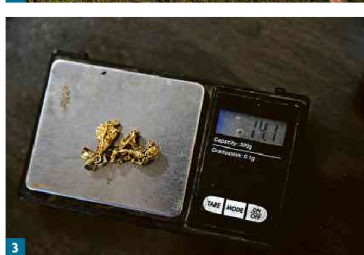


Dados cartográficos ©2023 Google

APA Alter do Chão. No final daquele ano, Bolsonaro ainda elogiou o inquérito da Polícia Civil do Pará, crítico a soltura dos brigadistas e envolveu até o ator Leonardo DiCaprio em acusações sem provas — de que seria financiador de ONGs que queimariam a floresta para afetar a imagem do governo.

Na Amazônia, os ataques a ambientalistas compõem o tripé da estratégia antiambiental bolsonarista, que persiste no tempo e se coloca entre os obstáculos do governo Lula (PT). Além da perseguição a ambientalistas, o tripé contou com o apoio político a atividades ilegais e com as “bóias” — apelidado pelo então ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) para a desregulamentação de normas.

O desafio imposto à nova gestão implica sair do atual patamar de 11 mil km² de desmatamento anual e retornar para ta-



1 Toras de madeira em porto improvisado às margens do rio Arapiuns, perto de Cachoeira do Aruá, vila próxima a Santarém (PA) 2 Terrenos à venda na Capadócia, área da APA Alter do Chão, loteados após incêndio em 2019 3 Mesa de ourivesaria em Itaituba (PA); no local, pepitas de ouro trazidas do garimpo viram joias

as curvas do rio Arapiuns até a vila de Cachoeira do Aruá. Na viagem, de quatro horas, passa-se por balsas carregadas de madeira e por um porto usado por madeireiros.

Desde a operação Handrönhus, da Polícia Federal, que em novembro de 2022 apreendeu 130 mil metros cúbicos de madeira ilegal — volume que a fez ser considerada a maior operação já feita nesse setor —, os madeireiros da região ficaram ariscos, disse, em condição de anonimato, uma das pessoas que receberam a reportagem em Cachoeira do Aruá.

No início daquele ano, Salles extinguiu a autorização para exportação de madeira, a pedido de associações de madeireiros. A decisão o transformou em alvo de investigação da PF e o levou a deixar o cargo em junho de 2021.

Dois meses antes, o então ministro ainda foi até a regi-

munidade é uma das poucas que recusaram a exploração madeireira na região. “[A atividade] muda a temperatura da água, a cor, a quantidade de peixes, além de descartar no rio casca de madeira e óleo”, descreve Ian, que integra o grupo ativista Guardiões do Bem Viver e tem puxado “rabetagens”, protestos em rabetas (canoas motorizadas), contra madeireiras.

Se em Cachoeira do Aruá a madeira domina as atividades, em Itaituba, a “cidade pepita”, o garimpo é o destaque. O município, a 368 km de Santarém pela Transamazônica, concentra boa parte das concessões de lavras garimpeiras do país.

Itaituba vive uma explosão do garimpo impulsionada, segundo o prefeito Valmir Climaco (MDB), pela chegada de máquinas retroescavadeiras, na última década, e pelo aumento do preço do ouro, especialmente de 2020 para cá. Na cidade, são comuns as lojas de equipamentos para garimpo e as agências de compra de ouro. Nos carros, o adesivo “Garimpeiro não é bandido, é trabalhador” pode ser visto com frequência.

Na virada para 2022, a lama movimentada pelo garimpo tornou barrentas as águas, geralmente cristalinas, do rio Tapajós. As imagens do rio contaminado na região turística de Alter do Chão, conhecida como Caribe amazônico, foram destaque internacional. As licenças ambientais do município para o garimpo facilitam o “esquentamento” da exploração ilegal. Segundo estudo da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) em cooperação com o MPF (Ministério Público Federal), a região de Itaituba foi origem de 8% do ouro ilegal explorado no país 2019 e 2022.

A prefeitura publicou uma nova instrução normativa para licenciamento um mês após a operação Caribe Amazônico, da PF, ter destruído 21 escavadeiras em garimpos ilegais em Itaituba e Jacareacanga, em fevereiro de 2022. “Agora toda vez que vamos dar uma licença, nós mandamos para o ICMBio [Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade] dar o aval”, diz Climaco, que também é dono de garimpo, madeireiro e fazendeiro. “Reconheço que algum ouro tirado de terra indígena se legaliza com as licenças que nós damos.”

Apesar do reforço normativo, Climaco sinaliza que a “cidade pepita” manterá a tradição. “O mercúrio não contaminou ninguém. Essa cor de água barrenta que você está vendo aí não tem nada a ver com mercúrio”, diz.

Parte do assentamento extrativista Lago Grande, a co-